

Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semi-árido¹

Eric Sabourin²

Resumo: Este trabalho procura sistematizar as dinâmicas de organização dos agricultores familiares da região semi-árida do Nordeste brasileiro. A primeira parte analisa a origem e as lógicas das diferentes formas de organização dos produtores a partir de exemplos em vários municípios do Sertão nordestino. Na segunda parte são identificadas seqüências de evolução das organizações de produtores, assim como indicadores de transição na passagem de uma situação a outra. O texto conclui com a formalização do processo de organização dos produtores na região.

Palavras chaves: ação coletiva, organização de produtores, transições.

Introdução

No Sertão nordestino, a criação de associações de agricultores familiares é recente. Teve início nos anos 80, com a intervenção do Estado, nas trilhas das *comunidades de base* da Igreja Católica, por intermédio dos programas especiais de luta contra a seca (Pólo-Nordeste, Projeto Sertanejo, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - o PAPP, ou Projeto São José). Tratava-se de promover a «participação» da população rural por meio da criação de organizações que deviam facilitar o acesso dos «pequenos produtores» à inovação, ao crédito e aos investimentos comunitários. Novas estruturas de organização voluntariais foram-se agregando às formas preexistentes de organização rural nordestina. Essa superposição coloca a questão das lógicas da ação coletiva e dos instrumentos teóricos disponíveis para abordá-la.

Crozier & Friedberg (1977) lembram que a ação coletiva, ou "ação organizada", não é um fenômeno natural, mas *'uma construção social cuja existência coloca diversos problemas, a começar pela explicação das suas condições de emergência e de permanência'*³. Em outros termos, a ação coletiva trata de elaborações sociais como as regras, as normas ou as convenções. Segundo os mesmos autores, a organização constitui um instrumento da ação coletiva que pode ser definida em relação a um conjunto de ações; mas cabe distinguir os principais motores dessa ação coletiva. Diversas teorias tentam explicar as lógicas que regem o comportamento dos indivíduos e dos grupos. Elas se repartem no seio de três paradigmas, dois deles amplamente reconhecidos, mas redutores, e um terceiro de entendimento mais complexo. Caillé (1998) sintetiza essa controvérsia :

« *O individualismo (metodológico) pretende que todas as ações, regras ou instituições provêm dos cálculos mais ou menos conscientes e racionais efetuados pelos indivíduos. O holismo (...) coloca ao contrário que a ação dos indivíduos (ou dos grupos, das classes, das ordens) não passa da expressão de uma totalidade preexistente e determinante (...) que coloca uma série de obrigações, constrangimentos ou dívidas*

¹ Artigo apresentado ao 37º Congresso da SOBER, agosto 1999, Foz de Iguaçu-PR, Tema 5: Associativismo no meio rural.

² Sociólogo e engenheiro agrônomo, pesquisador do Cirad Tera junto à Embrapa Semi-árido e à UFPB-CH

³ Traduzido do original em francês pelo autor.

O terceiro paradigma, o da reciprocidade ou do dom é, segundo Caillé (1998) « *incompreensível para os dois precedentes (...). O primeiro dissolve o dom no interesse - individual ou coletivo - e o segundo na obrigação (...). O paradigma do dom não nega a existência desses dois momentos, da individualidade ou da totalidade, mas não aceita considerá-los como os únicos dados de base* »³. Caillé prossegue « *O paradigma da reciprocidade, faz do dom (e do seu símbolo político) o operador privilegiado, específico da criação dos laços sociais* »³.

Para caracterizar as diversas formas de organização dos produtores e a sua evolução, recorrer-se-á portanto às lógicas explicativas dos três paradigmas: interesse individual, obrigações sociais e reciprocidade. As análises são ilustradas por diversos casos de organização de agricultores em Pintadas e Massaroca (BA), Tauá (CE) como, também, nos perímetros irrigados de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). A primeira parte do texto trata da diversidade das formas de organização dos agricultores familiares. A segunda propõe a identificação de seqüências de evolução dessas organizações na região semi-árida.

1. A diversidade da organização dos produtores

Se a criação das cooperativas e associações de produtores no Nordeste é recente, é também o caso das comunidades (Amman, 1985). De fato, as mudanças sociais não dependem unicamente das organizações formais, mas, também da estruturação de relações inter pessoais que asseguram um papel de interface entre a sociedade local e a sociedade global (Berthomé & Mercoiret, 1997). Existe, portanto, uma relação entre as formas da ação coletiva e as instituições onde essas ações são definidas e implementadas. No Sertão do Nordeste, a família, o sítio, a comunidade rural, as redes de proximidade que já existiam antes da criação das organizações formais, continuam sendo, em grande parte, regidos pela reciprocidade camponesa. O sindicato, a cooperativa ou a associação de produtores, formalizados num quadro jurídico regulado pela constituição e reconhecido pela sociedade nacional, pertencem a categoria das organizações profissionais de agricultores.

1.1. Estruturas informais e reciprocidade camponesa

O funcionamento das organizações informais vem do reconhecimento pelo grupo local de regras transmitidas de uma geração a outra e garantidas pela autoridade dos chefes de família. Desenvolve-se a seguir os exemplos da organização em *sítios* ou comunidades, das prestações de ajuda mútua, o « *mutirão* » e das redes de proximidade.

- ***As comunidades: O exemplo do distrito de Massaroca - Juazeiro (BA)***

Os sítios ou comunidades reúnem, geralmente, produtores e moradores ocupando as terras de uma antiga fazenda dividida por heranças sucessivas ou por transações. Muitas vezes, a comunidade manteve o nome da fazenda de origem. Os membros do sítio ou da comunidade são então descendentes de um antepassado comum, fundador ou ex-proprietário da fazenda. Na comunidade de Lagoinha, em 1991, sobre 110 habitantes, apenas sete pessoas não eram descendentes do fundador da Fazenda Lagoinha (Tonneau, 1994). O uso do termo comunidade é recente, tendo sido introduzido pela ação pastoral da Igreja Católica durante os anos 1960-70, através das

Comunidades Eclesiásticas de Base. A comunidade reúne ainda «as famílias que rezam juntas» e não apenas as da religião católica. A comunidade de Caldeirão do Tibério, por exemplo, só tem famílias evangélicas. Permaneceu o termo *comunidade*, mais «moderno» que o de *sítio*, na medida em que foi reutilizado pelos programas de «ação comunitária» implementados pelo Estado durante os anos 70-80 (Amman, 1985).

A comunidade gerencia o acesso à terra (pastagens comunitárias, práticas de meia), a redistribuição ou o intercâmbio de trabalho (o mutirão, a troca de dias), e a solidariedade inter-familiar. Esta manifesta-se por meio da doação de alimentos ou ajuda sem retorno automático, nos casos de má colheita, acidente ou doença numa das famílias. Essas práticas, limitadas pelas secas repetidas dos últimos anos, se reproduzem nos momentos de relativa abundância. É quando são pagas as promessas feitas ao santo padroeiro da comunidade ou a um dos santos populares no Nordeste (São Gonçalo, São Cristóvão), pelas danças ou «*rodas*» para as quais são convidados vizinhos e amigos da família que organiza a festa.

- ***O mutirão***

O termo *mutirão*⁴ pode designar dois tipos de ajuda mútua: uma tem a ver com os bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de estradas, escolas, barragens, cisternas); a outra com os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (desmatar uma parcela, fazer uma cerca, construir uma casa...). O mutirão é também chamado *batalhão* em Massaroca, *boléia* ou *balaio*⁵ em outras zonas da Bahia. Em Pintadas (BA), utiliza-se o termo de «*boi roubado*». Antes, o produtor beneficiado costumava matar um boi. Hoje, ele fornece sobretudo cachaça ou cerveja. Esta prática é associada à festa para motivar uma ajuda recíproca. A participação de todas as famílias da comunidade é desejada: os homens jovens e adultos para os trabalhos mais duros, as crianças as jovens para a limpeza das fontes de água e caldeirões, as mulheres para a raspa da mandioca na «*farinhada*».

A regulação das diversas formas de *mutirão* é característica da lógica de reciprocidade indígena ou camponesa. Trata-se de solidariedade na produção e de redistribuição da força de trabalho no seio da comunidade. Esta não é obrigatoriamente igualitária, já que o retorno não é imediato e não tem contagem ou simetria das prestações. Até pode existir certa concorrência na «redistribuição» de alimentos ou bebidas entre as famílias. A prodigalidade confere prestígio e fama que são fontes de autoridade ou de poder nos sistemas regidos pela reciprocidade (Temple e Chabal, 1995).

- ***As redes sócio-técnicas de proximidade***

Os estudos conduzidos em Pintadas e Massaroca confirmam tanto a existência de produção e de intercâmbio de conhecimentos entre produtores quanto a importância da observação mútua e do diálogo técnico em matéria de inovação agrícola e organizacional (Sabourin et al., 1997). As relações interpessoais contribuem, entre outras coisas, para a comunicação de idéias, informações, práticas e técnicas. Essas relações privilegiadas de diálogo técnico ou de ajuda mútua entre produtores desenham estruturas chamadas de redes sócio-técnicas (Callon, 1989).

⁴ A palavra vem do tupi *mutirum* ou do Guarani, *potyrom* que quer dizer colocar a mão na massa (Beaurepaire, 1956).

⁵ O *balaio* é uma unidade de medida de produtos agrícolas numa cesta ou num lençol.

As redes de diálogo técnico passam, geralmente, por agricultores "experimentadores" considerados como competentes pelos seus vizinhos (Darré, 1996). Em Massaroca, os produtores marcam uma diferença entre competências em matéria de *criação* e de agricultura (*plantação, roça*). As referências tradicionalmente «veiculadas» pelos vaqueiros e diaristas, são hoje transportadas pelos que mais viajam: dirigentes associativos, comerciantes, pluri-ativos e agentes externos: técnicos, padres e vereadores. As idéias, as informações e os fatos e objetos técnicos circulam com relativa facilidade por esses canais. Inovações como a palma forrageira (*Opuntia sp.*) e a algaroba (*Prosopis juliflora*), introduzidas na região por grandes criadores, tiveram em Massaroca uma difusão rápida, via relações interpessoais entre agricultores conformando uma rede supra-comunitária.

- *Organização dos produtores e reciprocidade camponesa*

Observa-se a permanência de relações de reciprocidade através dos mecanismos de dom (doações), de ajuda mútua e de convites. O dom inter-familiar é simétrico. Manifesta-se pelo dote das filhas e pelas dotações para a instalação dos jovens, essencialmente constituídas por animais acompanhados da sua descendência (crias) reservados e atribuídos a cada criança desde o nascimento. O dom é também associado às relações afetivas privilegiadas como o compadrio. O apadrinhamento recíproco das crianças entre duas famílias sem laço de parentesco é uma forma de aliança extremamente forte, que permite multiplicar as redes interpessoais além da esfera local, das classes sociais e das categorias profissionais. O dom generalizado (oferecido a todos) é verificado nos convites para as festas locais e religiosas (pagamento de promessas, celebração dos santos padroeiros), para as festas familiares (batismo, matrimônio, funerais) ou domésticas (matança de um animal).

A lógica da reciprocidade motiva uma parte importante da produção, da sua transmissão, mas também, do manejo dos recursos e dos fatores de produção. O acesso gratuito à água dos açudes, às terras de vazante, às pastagens comuns do «fundo de pasto», à mão-de-obra da comunidade ou do grupo local (por meio do convite de trabalho ou do mutirão), constitui uma redistribuição dos fatores de produção. A constituição dos dotes (animais, terras ou dinheiro), a realização das festas familiares e religiosas, a hospitalidade (estendida aos rebanhos dos vizinhos em caso de seca), representam tantas formas de dom que levam ao crescimento da produção, na medida das possibilidades das famílias e das condições do clima. Esses custos, bem superiores ao nível médio de consumo de uma família, explicam também, em parte, as dinâmicas de extensão patrimonial, de procura de novas terras para cultivar, de adoção dos cultivos comerciais e, também de pluriatividade, ou de migrações. Além das formas de complementaridade (ajuda mútua) ou de interesse coletivo (solidariedade, festa coletiva) que motivam a permanência dessas práticas de origem camponesa, evidencia-se a força do dom⁶ e da redistribuição, como motor da economia. Essa produção socialmente motivada constitui um fator de desenvolvimento econômico que vai além da satisfação das necessidades elementares da população (subsistência) ou da aquisição de bens materiais via a troca. A motivação social da produção pode ser tão potente como o interesse pelo lucro e a acumulação por meio do intercâmbio mercantil (Temple e Chabal, 1995). Pode-se, assim,

⁶ Caillé (1998, p77) escreve: «o dom, de certa maneira, não é desinteressado. Simplesmente, privilegia os interesses de amizade (aliança, afetividade, solidariedade) e de prazer e/ou de criatividade sobre os interesses instrumentais e sobre a obrigação ou a compulsão. A obstinação das religiões ou de numerosos filósofos em procurar um dom plenamente desinteressado, é portanto, sem objeto ».

distinguir redes de reciprocidade e redes de intercâmbio (algumas podendo ser mistas ou complementares) correspondendo a lógicas específicas de motivação da produção e da inovação. Por exemplo, no caso do mutirão os dias não são contados. Na «*troca de dias*» eles são contados e devolvidos para a outra família, às vezes, para efetuar o mesmo tipo de trabalho. Alguns agricultores pagam um diarista em vez de assumir diretamente a prestação.

A integração ao mercado e à sociedade global (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) levaram a sociedade rural nordestina, os sítios e as comunidades a dotar-se de novas estruturas de representação e de cooperação, sem portanto, abandonar (pelo menos completamente) os valores e formas de organização camponesa fundadas pela reciprocidade.

1.2. As organizações profissionais dos agricultores

A organização formal dos produtores corresponde à uma estrutura sócio-profissional e voluntariosa. Ninguém torna-se membro da associação por essência ou por nascimento como no caso do sítio ou da comunidade, mas por escolha livre e voluntária e através de uma relação contratual (pagamento da cota). No Sertão encontram-se as três formas clássicas de organização profissional agrícola: o sindicato, a cooperativa e a associação de produtores.

- O Sindicatos de agricultores familiares**

Os primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) do Nordeste apareceram nos 50 e no início dos anos 60 na zona da Mata. Na região semi-árida, a maioria foi criada durante o regime militar e emancipada nos anos 80. Para desviar os sindicatos de sua função de reivindicação, sem ter que proibi-los, o Estado transferiu para eles a gestão da assistência médica no meio rural. A nova Constituição (1988) não mudou esta prática, confiando de novo aos STR a administração local da aposentadoria rural. Onde os conflitos fundiários e trabalhistas dos anos 70-80 provocaram lutas coletivas, os STR adquiriram uma capacidade de mobilização e a legitimidade da representação dos produtores familiares. Conseguiram assim, promover projetos, planos ou conselhos de desenvolvimento rural, ou participar da administração municipal, como em Pintadas (BA) e Tauá (CE).

- As cooperativas**

As primeiras cooperativas de produtores criadas no Sertão reuniram grandes ou médios proprietários. Foi o caso dos produtores de algodão no Ceará e na Paraíba, dos produtores de leite do Agreste da Bahia, Pernambuco ou Sergipe. Os agricultores familiares conservam amargas lembranças das cooperativas. Elas são, geralmente, associadas a interesses políticos ou clientelistas, a sistemas de gestão propícios ao desvio de fundos, cujo controle sempre escapou aos pequenos produtores. A cooperativa leiteira de Tauá (CE), por exemplo, quase sempre fechada por falta de leite, foi financiada em 1987 pelo Ministro da Irrigação que era oriundo deste município. Os agricultores costumam dizer que «*cada cooperativa tem dono*».

Encontram-se três principais situações de organização cooperativa entre os produtores familiares da zona semi-árida, sempre impostas ou manejadas por uma tutela externa. Nos projetos irrigados de

Bebedouro, Mandacaru e Maniçoba em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), as cooperativas foram criadas diretamente pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Nos projetos de reforma agrária como Lagoa do Angico em Petrolina ou Dois de Maio em Madalena (CE), prevaleceu o modelo cooperativo do MST, forjado no Rio Grande do Sul, com gerentes oriundos do quadro do MST do sul. As ONG conformam o terceiro tipo de tutela. No distrito de Marruás em Tauá (CE) a Cooperativa dos Pequenos Produtores dos Inhamuns (Coopepi) foi financiada e administrada durante anos por uma ONG suíça.

- ***As associações de produtores***

A associação de produtores constitui o modelo de organização local dos agricultores familiares nordestinos mais difundido nos anos 80 e 90, também associado, muitas vezes ao «apadrinhamento» por tutelas. A maioria das associações nasceu da conjunção de três fatores:

- a necessidade para os sítios e comunidades de dotar-se de representações jurídicas;
- a intervenção de atores externos: Igreja, ONG's, extensão, projetos públicos;
- a existência de ajudas e financiamentos reservados a projetos associativos ou comunitários (subvenções ou créditos públicos em caso de seca).

As associações foram criadas, essencialmente para captar recursos e/ou para assegurar a defesa de interesses comuns e a gestão de bens coletivos. Muitas vezes, a associação reune o conjunto dos membros da comunidade, mas em torno de um objetivo diferente e voluntário. Geralmente, trata-se de um projeto de caráter produtivo ou econômico, centrado em novas funções em relação à da unidade familiar ou da comunidade: acesso ao crédito, a infra-estruturas ou equipamentos coletivos, comercialização ou transformação dos produtos. A estrutura e o funcionamento dessas organizações dependem da legislação federal e da Constituição. São sociedades civis sem fim lucrativo. Devem redigir e publicar seus estatutos no Diário Oficial, eleger e renovar uma diretoria e um conselho fiscal. Na realidade, as regras são readaptadas pela comunidade ou pelos líderes. As eleições são arranjadas anteriormente. As decisões importantes são tomadas antes das reuniões formais e públicas no quadro das relações de proximidade e de poder entre os grupos familiares e as comunidades locais.

Observa-se uma grande diversidade das formas de cooperação e de organização devida à permanência de práticas camponesas e à adaptação permanente de novas formas de coordenação da ação coletiva. A criação de organizações de produtores pode corresponder à modernização da reciprocidade camponesa ou ao contrário privilegiar o desenvolvimento do intercâmbio mercantil, via a constituição de cooperativas por exemplo.

2. Evolução das formas de organização

Paralelamente ao desenvolvimento da agricultura familiar, podem ser evidenciadas seqüências de evolução das instituições de produtores. Estas correspondem a processos de formalização das organizações, de diversificação das atividades, de representação pública e de conquista de autonomia por parte das comunidades rurais. Como afirmam Crozier e Friedberg (1977), «a organização é um processo de criação coletiva por meio do qual os membros de uma

coletividade aprendem juntos, ou seja inventam e fixam juntos novas maneiras de jogar os jogos sociais da cooperação e do conflito e [] adquirem as capacidades de conhecimento, de relacionamento e de organização correspondentes» (traduzido do francês pelo autor).

Os principais «motores» dessas evoluções são examinados de maneira a identificar as etapas e os patamares que marcam a passagem de uma situação para outra.

2.1. A formalização das organizações

A formalização das organizações de produtores, além da dinâmica associativa descrita anteriormente, tem a ver com dois principais fatores. Primeiro, as comunidades rurais passam por uma necessidade crescente de interfaces jurídicas com a sociedade nacional (acesso aos financiamentos e ao apoio institucional, escola, etc.). Por outra parte, em um contexto novo e, muitas vezes, conflituoso de acesso aos recursos produtivos (terra, água, etc) tais articulações tornam-se necessárias inclusive para legitimar práticas camponesas de reciprocidade ou normas sociais ancestrais como o mutirão, o uso comunitário de pastagens (o fundo de pasto) ou o manejo coletivo da água (açudes, cisternas, poços, etc). As associações comunitárias de Massaroca, por exemplo, foram criadas para administrar os «fundos de pasto» no contexto novo da especulação fundiária e da invasão de terras (grilhagem).

As funções de reivindicação ou de negociação das instituições camponesas não desaparecem durante essas evoluções, mas podem ser desvirtuadas ou alteradas. A habilidade dos responsáveis do Comitê de Massaroca, por exemplo, é de saber jogar entre «moderno etradicional», isto é «associação formal/comunidade camponesa» para captar apoios diversificados. Da comunidade e das relações de proximidade, das alianças individuais, dos apadrinhamentos políticos e das redes familiares nasce o acesso às redistribuições políticas estaduais e federais, por exemplo, durante as grandes secas. Por outro lado, a associação de produtores facilita o acesso a créditos subsidiados via relações com as instituições técnicas de apoio ao desenvolvimento (Sabourin et al., 1996b).

O segundo tipo de interface tem a ver com o acesso à mercados diversificados e com as novas exigências em termos de qualidade dos produtos. Nos perímetros irrigados de Petrolina e Juazeiro, a má administração das cooperativas levou à desvalorização da produção de uva e de melão. Houve portanto uma rejeição do modelo cooperativo pelos «colonos». Observou-se a recomposição de estruturas de ajuda mútua para a comercialização ou o processamento das frutas por pequenos grupos de proximidade. Isto constituiu, face ao fracasso da lógica «mercantil» da cooperativa, uma reorganização a partir da lógica de confiança e dos valores do mundo «doméstico». Mas, para perenizar essas experiências, ter acesso aos financiamentos bancários e aos mercados nacionais (Ceasa), os colonos são obrigados a criar de novo associações ou cooperativas. Porém, diferentemente do modelo anterior, essas não são mais impostas ou gerenciadas por tutelas (Sabourin et al., 1998). De fato, independentemente da influência externa ou do uso de modelos fixados pela legislação (associação civil, cooperativa, etc.), precisa-se de novas regras na medida em que troca-se de «mundo» ou de princípio de justificação (Boltanski e Thévenot, 1991). O mutirão é uma instituição camponesa do mundo doméstico marcada pela divisão entre sexos, a gerontocracia e a reciprocidade estendida. As suas regras não têm nada a ver com o sistema de contabilidade das prestações de trabalho do motorista do caminhão ou de serviços do trator, ditadas pela necessidade de amortização do equipamento e pela legislação trabalhista, isto é, por

regulações industriais e mercantis. Ocorre, assim, uma criação e validação de novos estatutos fixados pela institucionalização progressiva das formas de ação coletiva. É essencial reconhecer as diferenças entre associação e comunidade, entre cooperativa e mutirão, entre presidente eleito e líder comunitário, entre secretário do conselho de vigilância e patriarca do sítio. A mudança de estruturas e de modos de regulação pode levar à uma confusão dos valores de reciprocidade camponesa e a adoção não controlada de lógicas e estratégias de natureza diferente (mercantis, industriais, etc).

2.2. Diversificação das atividades e especialização das funções

A profissão de agricultor ou de criador evolui, o contexto sócio-econômico também, as instituições camponesas estabelecidas essencialmente em torno da redistribuição do acesso aos fatores de produção (terras, trabalho e técnicas) não permitem mais responder ao conjunto das exigências da atividade agropecuária e aos processos de intervenção dos poderes públicos. As organizações devem, portanto, assumir novas funções: defesa dos interesses profissionais e gestão da aposentadoria pelos sindicatos, abastecimento em insumos e comercialização de produtos para as cooperativas, acesso aos financiamentos e administração de equipamentos coletivos no caso das associações.

As nove associações e o Comitê de Massaroca sustentam desde 1990 um projeto de desenvolvimento local que, depois de priorizar o apoio a pecuária e a implementação de recursos hídricos, investiu nos setores da educação, da saúde de base e interessa-se, hoje, pela transformação da produção. A diretoria do Comitê que dirigia o conjunto do projeto local teve que aceitar progressivamente a criação de novas estruturas para administrar áreas específicas. Certos grupos de interesse temáticos transformaram-se em comissões permanentes para a educação, a gestão dos equipamentos coletivos, o crédito e o projeto de irrigação. A implantação na comunidade de Lagoinha do ciclo complementar e de atividades de educação permanente levou, finalmente, à criação do Centro de Formação Rural de Massaroca (Sabourin et al., 1996b). A diversificação das atividades é assim associada à multiplicação das instituições e, portanto, dos centros de poder. A responsável por uma escola primária isolada não tem muito peso face ao Presidente do Comitê, porém o mesmo não ocorre com o Diretor do Centro de Formação Rural.

Da mesma maneira, durante o período militar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais constituía, geralmente, a única forma de representação dos produtores. A partir dos anos 80, a tendência foi criar associações específicas para o apoio à produção agropecuária. Paralelamente à diversificação das necessidades, observa-se um processo de especialização das funções das organizações de produtores. É também o caso das cooperativas de colonos do Vale do São Francisco, centradas em funções de abastecimento e de comercialização e dos Distritos de Irrigação, criados para assumir o manejo da água e a administração dos perímetros irrigados públicos. Um segundo patamar, associado à diversificação, seria portanto aquele da «divisão» ou do desdobramento das organizações, gerando novas estruturas mais especializadas e novos «estatutos».

2.3. A autonomia e os processos de representação dos produtores

Uma das novas funções do processo de organização dos produtores familiares tem a ver com seu posicionamento político e institucional em matéria de desenvolvimento local e regional. O fenômeno determina a polarização das suas relações com o exterior. Encontra-se associado à necessidade de uma representação sócio-profissional dos agricultores familiares e das comunidades, já que não existe escala administrativa abaixo do município. Uma das estratégias passa pela dinâmica de união das associações comunitárias para mobilizar mais forças. É traduzida pela reunião de grupos de base em federações: Comitê na escala do distrito em Massaroca, Conselho ou Central a nível municipal em Tauá e Pintadas.

O Comitê de Massaroca nunca quis aumentar o números de associações federadas, para não ter que partilhar recursos duramente conquistados. Durante vários anos, não se preocupou em negociar alianças ou cooperações com outras organizações de produtores na escala do Município de Juazeiro (Sabourin et al., 1996a). Entretanto, examinando o processo desde os anos 1970, verifica-se uma evolução clara: a gestão comum do «fundo de pasto» dá lugar à criação da associação comunitária (1983-1985); nove associações locais federam-se e criam o Comitê (1989); este integra a Unidade de Planejamento Agropecuário do Município de Juazeiro organizada em 1990. A partir de 1997, o Comitê negocia projetos de processamento dos produtos locais com as federações dos municípios vizinhos de Jaguarari e Uauá.

Estas organizações federativas posicionam-se em matéria de política de desenvolvimento. Num município grande e polarizado por uma cidade de porte médio como Juazeiro, as associações somente conseguem tratar do desenvolvimento do distrito ou da pequena região. Em Pintadas e Tauá, as organizações de produtores nasceram diretamente na escala municipal com o sindicato. Após várias derrotas eleitorais na conquista da Prefeitura, conseguiram finalmente a gestão do poder municipal graças a alianças negociadas na base de projetos de desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Essas evoluções mostram uma real conquista de autonomia por meios das organizações de produtores. Este grau de autonomia constitui o terceiro tipo de patamar nos processos de transição.

Conclusão

As formas de organização têm evoluído rapidamente, procurando aproveitar, quando aparecem, as novas possibilidades de apoio externo, ou tentando trazer soluções a problemas vividos coletivamente. A emergência rápida de uma nova forma de organização - a associação - e os sucessos reais que encontrou não devem esconder, também, desvios possíveis quando existe abuso da barganha por parte dos agricultores como dos poderes públicos⁷.

O conjunto das características observadas permite formular a configuração de um modelo de organização associando uma estrutura federativa do tipo «planejadora» e estruturas de gestão descentralizadas. É o papel do Comitê de Massaroca e dos seus dirigentes manter uma visão ampla e política da situação, captar informações, arranjar recursos e referências novas e intermediar

⁷ Legalmente, nada impede a uma organização de produtores tornar-se uma forma institucional de *lobbying*, esvaziada de sentido prático e sem relação direta com a realidade, procurando fundos para projetos concebidos a distância. Tudo depende do poder de controle das bases.

alianças. Às comissões setoriais, às associações locais, aos grupos de interesse e de produção competem as funções de manejo das ações coletivas, de gestão dos bens comuns e a articulação com as ações individuais. Em Pintadas, o Centro Comunitário de Serviços coordena na escala municipal vinte a trinta grupos de base.

Assim, a realização e a combinação diversificada das três lógicas de construção da ação coletiva inicialmente identificadas dão lugar a várias formas de estruturação dos produtores, correspondendo a diversas funções e a diferentes níveis de organização. Pode-se atribuir a cada uma dessas formas uma capacidade de coordenação e de regulação fundada nos comportamentos dos atores e nas externalidades que produzem. Porém, existem funções que ainda são dificilmente assumidas pelas organizações de produtores familiares, por falta de espaços adequados e de negociação coletiva com os poderes públicos. É, por exemplo, o caso da geração, validação e difusão de inovações (técnicas, entre outras), apesar da diversificação e da emergência de novos atores locais em matéria de extensão rural. A superação desses problemas depende da profissionalização dos agricultores familiares e das suas organizações. Embora reduzidos no Nordeste semi-árido, cabe mencionar aqui dois enfoques pioneiros, o das casas ou escolas familiares rurais e a experiência dos grupos de interesse ou grupos de « agricultores experimentadores », ligados respetivamente a formação de jovens agricultores e a introdução de inovações.

BIBLIOGRAFIA

- Amman, S.B. Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 1985,176p
- Beaurepaire, R de 1956 Dicionário de vocábulos brasileiros. Salvador-Bahia, Livraria Progresso Editora, ed . originale 1889.
- Berthomé, J. ; Mercoiret, M.R. Etats désengagé, paysans engagés, Paris, França, FPH, Cirad, 1997, 189p.
- Boltanski, L.; Thévenot, L. De la justification. Les économies de la grandeur. Paris, França,Gallimard, 1991, 485p.
- Callon, M. La science et ses réseaux. Genèse et circulation des faits scientifiques, Paris: La Découverte/Unesco, 1989, 215p.
- Caillé, A. Don et Association. in : Une seule Solution: L'association. Revue du MAUSS, 11, 1er trim.1998, pp 75-83
- Crozier, M.; Friedberg, E. L'acteur et le système, Paris, França, Le Seuil, 1977, 437p
- Darre, J.P. L'invention des pratiques dans l'agriculture. Paris, França, Karthala, 1996, 194p.
- Sabourin, E.; Tonneau, J.P.; Caron, P. Seu Néné, leader paysan à Massaroca (Bahia, Brésil): une trajectoire Nordestine. In: Cahiers de l'APAD, n° 11, pp.102-107, maio 1996a.
- Sabourin, E.; Tonneau, J.P.; Caron, P. Farmer's organizations and access to innovations: pathways of socio-economic change in Massaroca (Bahia, Brazil). In: XIVth International Symposium on Sustainable Farming Systems, Colombo, Sri Lanka, nov. 1996 b,15p.
- Sabourin, E; Barros, E.R.; Peres, J. I. G. Difusão da inovação entre as comunidades de Massaroca (Juazeiro-BA): o papel das relações de proximidade. In: IV Encontro regional APIPSA Nordeste, Recife, 12-14 de novembro 1997
- Sabourin, E.; Marozzi, G. ; Bainville, S.; Cerdan C. Mudança institucional e desenvolvimento da agricultura familiar brasileira : dois casos de coordenação dos produtores para o acesso à inovação e ao mercado In: I° Seminário Brasileiro da nova Economia das Instituições, São Paulo, USP, agosto de 1998, 13p.
- Sabourin, E.; Tonneau, J.P. Réseaux de proximité et diffusion des innovations techniques: le cas des communautés paysannes de Massaroca (Bahia-Brésil) In Lusotopie, v.6, 1998.
- Temple, D. e Chabal, M. La réciprocité et la naissance des valeurs humaines, Paris, França, L' Harmattan, 264p.
- Tonneau, J.P. Modernisation des espaces ruraux et paysanneries: le cas du Nordeste Brésil., Nanterre, França, Université Paris X , 1994, 297p. Tese de doutorado